

RESUMO

Uma associação não é uma série de indivíduos mas uma comunidade comprometida na tarefa de se educar. Veremos como nas mandjuandades os valores e as formas de relacionamento fortalecem os valores democráticos, as suas estruturas organizativas são democráticas. Elas providenciam uma oportunidade para aprender e para se comprometer com a política.

Por outro lado, a participação nas actividades e o desempenho dos cargos associativos contribui para o treino de competências organizativas e burocráticas modernas, assim como de valores mais abstractos que as informam. Esta é uma das práticas educativas informais da associação, familiarizar os membros com as práticas e as tarefas da sociedade urbana ocidentalizada.

A EDUCAÇÃO INFORMAL E AS ASSOCIAÇÕES. A PROPÓSITO DAS MANDJUANDADES DA GUINÉ-BISSAU

Manuela Borges

Instituto de Investigação Científica
Tropical (IICT)

PALAVRAS-CHAVE: GUINÉ-BISSAU, ASSOCIATIVISMO, PÓS-COLONIALISMO, GÉNERO

205

NOTAS PRÉVIAS

*Uma associação não é uma série de indivíduos,
mas uma comunidade comprometida na tarefa de se educar*
(Brew, 1943: 67)

Embora possa, à primeira vista, não se enquadrar no quadro geral deste congresso sobre a cooperação entre Portugal e os PALOP na área da educação, pareceu ser de interesse chamar a atenção dos responsáveis e investigadores desta temática para um tipo de organização social com funções educacionais, que tem sido geralmente descurado nos estudos, projectos e programas na área da educação, como sejam as associações.

Apresentam-se, como exemplo, as *mandjuandades*, um tipo de organização associativa informal e voluntária da Guiné-Bissau, a partir de dados empíricos recolhidos em Bissau, a principal área urbana e capital do país, para reflectir sobre o seu papel enquanto instituições educativas informais.

INTRODUÇÃO

O papel do associativismo tem sido considerado e analisado desde longa data no âmbito dos estudos sobre educação informal (Smith, 2008). Actualmente entre as instâncias governamentais e internacionais a importância da educação informal tem vindo a ser reconhecida e enfatizada. É unanimemente considerado que não se pode reduzir a educação a uma série de actividades regulares consistindo em módulos que são ritualizados na forma de cursos.

Uma definição abrangente de educação é a proposta na Declaração de Dar es Salaam, onde Julius Nyerere sublinha duas funções da educação: a de inspirar o desejo de mudança e a compreensão que ela é possível, e a de ajudar as pessoas a tomar e implementar as suas próprias decisões. (Nyerere, 1978: 29-30). Deste modo podemos afirmar que a educação seria o meio de capacitar os indivíduos para melhor desempenharem um papel activo na vida pessoal e na sociedade, através da aquisição de novas aptidões, competências, atitudes e conhecimentos e, deste modo, a educação permitiria o usufruto pleno dos direitos de cidadania.

Nesta perspectiva, as práticas associativas podem constituir instituições educativas na medida em que, mesmo se através de uma aprendizagem não organizada ou estruturada (em termos de objectivos, de tempo ou de recursos), e de forma não intencional, que não conduz a qualquer certificação, desenvolvem práticas que preparam os envolvidos para assumirem as suas responsabilidades na vida, adquirirem recursos e capacidades para lidarem com um mundo competitivo, tomarem decisões informadas e participarem activamente no processo de desenvolvimento. Estamos pois a falar de processos de educação que decorrem informalmente no contexto associativo, ou antes, uma vez que esta educação não é organizada e intencional, de uma aprendizagem informal. Mas a educação trata fundamentalmente da aprendizagem, por isso usamos aqui educação informal no sentido de aprendizagem informal.

Para compreender o papel das associações como instituições educativas, utilizamos aqui o conceito de educação informal como o processo pelo qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, aptidões e comportamentos, ao longo da vida, através das experiências quotidianas e do contacto com o meio e as instituições da sociedade onde vive. A educação informal abrange todas as formas e possibilidades educativas presentes no quotidiano, constituindo assim um processo permanente e não organizado de educação realizada na prática social, no relacionamento humano, em toda a vivência e troca de experiências, acontecendo no espaço das relações sociais.

O que queremos argumentar com o exemplo das *mandjuandades* é que a educação informal é inevitavelmente uma das características das associações.

A participação na vida associativa é, ela própria, uma forma de educação, na medida em que cria aptidões para a aprendizagem e motiva o crescimento da autoconfiança, com os consequentes efeitos na disposição para assumir responsabilidades, e empreender mudanças no contexto associativo e fora dele.

No caso de uma associação, enquanto espaço de socialização, estabelecem-se relações que têm como base os interesses, as necessidades dos seus integrantes e os seus objectivos, e a aprendizagem ocorre nos relacionamentos que se tecem no acto de conviver e nas actividades, tarefas e gestão quotidianas da associação.

As pessoas, ao participarem de uma praxis quotidiana nas associações, acabam inseridas num processo de educação informal de actividades organizativas e técnicas, que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e para a formação para a cidadania. E a vida associativa por vezes é o ponto de partida para outras responsabilidades a nível local

ou nacional.

Realiza-se, deste modo, uma dinâmica de exercício de direitos e deveres de cidadania, que vai sendo conquistada num processo lento, mas que transcende os limites do imediato, lastrando valores e expectativas. É a arena onde se gera uma visão alternativa da sociedade que se encontra ao mesmo tempo enraizada no passado e ancorada no mundo moderno, é o espaço de exercício dos valores democráticos, através de uma auto-regulação ética e de uma autonomia, que uma cidadania truncada no seio do Estado moderno é incapaz de oferecer, no caso da Guiné-Bissau em particular (Cardoso, 2008: 6).

AS MANDJUANDADES¹: CARACTERIZAÇÃO E FUNÇÕES SOCIO-CULTURAIS E POLÍTICAS

As *mandjuandades* são organizações sociais de tipo associativo, constituídas segundo princípios informais e voluntários baseados na ajuda mútua. Elas envolvem pessoas que se juntam para produzir e obter bens e serviços para os seus interesses comuns. E para melhorar a sua qualidade de vida.

A sociabilidade, o divertimento e a entreatajuda são argumentos ponderosos que levam os indivíduos a agruparem-se em *mandjuandades* que permitem nomeadamente às mulheres, as suas principais animadoras, trabalhando maioritariamente no sector informal, e sem acesso por si, ou através dos maridos (frequentemente desempregados ou subempregados), a esquemas formais de protecção social e crédito, terem garantido o acesso a recursos financeiros para fazerem face às despesas com a saúde, com os rituais fúnebres, com a educação dos filhos, ou obterem crédito para iniciar ou melhorar pequenos negócios, frequentemente na economia informal, que representam por vezes as únicas estratégias de sobrevivência para elas e para as suas famílias.

Neste âmbito as *mandjuandades* acabam por actuar enquanto sistemas de bem-estar, substituindo os serviços públicos de protecção social, e os mercados de trabalho formais, que não funcionam numa sociedade em crise económica e política profundas. Graças a elas as populações garantem uma resiliência face às lacunas e carências do Estado guineense. As *mandjuandades* contribuem deste modo para o bem-estar das suas comunidades.

As práticas associativas são oportunidade para as mulheres constituírem redes de relações sociais desligadas do universo familiar, permitindo a individualização das estratégias femininas, de sobrevivência e promoção socioeconómica, com base em relações sociais voluntárias, que implicam confiança e solidariedade. Estas relações sociais privilegiadas são imprescindíveis, na incerteza das duras condições de vida que as mulheres enfrentam actualmente nas cidades. Para conseguir vantagens nos negócios, ultrapassar a burocracia dos procedimentos, é sempre preciso a *cunha*² ou *djuda*³ de alguém. Manter laços, ou ser capaz de contactar, mesmo que através de

¹ Associações de entreatajuda, com fins essencialmente culturais. O termo provém de *mandjua*, que em crioulo significa “da mesma classe de idade”.

² Relação particular estabelecida com intuito vantajoso baseado na família ou amizade.

³ Ajuda em crioulo.

vários intermediários, a pessoa necessária em cada caso, é ser sociável e implica um investimento na sociabilidade, através de convites, ofertas e tempos livres em comum. É neste âmbito que as cerimónias religiosas e familiares surgem como o evento por excelência, onde as mulheres estabelecem a sua reputação social, indiciada pela sua capacidade de motivar a presença de relações sociais familiares, mas também de relações com base no trabalho ou vizinhança, e de as cruzar. A pertença associativa providencia capital social, no sentido de acesso a redes de relações sociais que, pelo menos potencialmente, podem ser transformadas em capital económico, isto é, dinheiro ou outros benefícios materiais para os indivíduos⁴. Para acumular este capital social são necessários constantes esforços em termos de investimento de tempo, atenção e afecto, para incrementar as relações dentro da associação. Uma vez que a acumulação de capital social tem como requisito a contínua e repetitiva reafirmação das relações sociais e do seu inerente potencial de utilização, as mandjuandades são o espaço dos eventos sociais, que constroem, sustentam e reforçam periodicamente os sentimentos de pertença e identidade entre os associados, sendo os mais frequentes os almoços⁵, quando se reúnem para comerem e festejarem em conjunto, uma vez que a comensalidade é um meio tradicional de/ e para a integração social dos participantes (Ulrich, 1992: 13), ritualizando e reactualizando o consenso social do grupo.

Fotografia nº 1



Fotografia nº 2



208

A formação, manutenção e afirmação de uma identidade comum, extra-familiar, através do associativismo voluntário, é aparente em rituais tais como o uso da *farda*, isto é de igual vestuário, os *almoços* periódicos, e ainda pela acção afirmativa da identificação proposta pelo nome próprio de cada uma das associações de *mandjuandade*.

A denominação de *mandjuandade* é usada enquanto nome genéri-

4 Estas estratégias de obtenção das várias formas de capital são comuns às sociedades modernas e às pré-capitalistas, como demonstrou Bourdieu (1972).

5 Reuniões festivas caracterizadas pela comensalidade e pelas danças e cantares acompanhados pela percussão das palmas pelos dançarinos, e pelos tambores e tinas tocadas pelos músicos. As palmas são pares de tábuas que são tocadas percutidas uma contra a outra. A tina ou tambor de água é um instrumento de percussão que consiste num recipiente (antigamente um bidão ou barril cortado a meio), onde é introduzida água e uma cabaça semi-esférica. O músico bate com as duas mãos, alternadamente fechadas e abertas, por cima da cabaça, produzindo um som ritmado.

co para os agrupamentos multifuncionais (sobrepondo mais que uma função: religiosa, de segurança social, económica, política, lúdica, entre outras), mas cada uma destas organizações sociais possui um nome próprio que remete para a procura de símbolos identitários, de sentimentos de pertença e filiação, de reconhecimento e identificação (Odeyé-Finzi, 1985: 105), e das funções sociais e políticas que subjazem ao discurso das *mandjuandades*.

A escolha de um nome próprio para as associações é significativa (Meillassoux, 1968: 61; Odeyé-Finzi, 1985: 105-106)⁶, estando relacionado com as funções e papéis sociais destas associações. É pois uma declaração identitária e uma afirmação das funções e papéis sociais das associações.

O idioma usado para nomear as associações é significativo, uma vez que as diversas línguas faladas na Guiné-Bissau, aqui divididas, para efeitos de análise, em linguagens étnicas, crioula e portuguesa, remetem para diferentes modelos culturais.

Na amostra inquirida em trabalho de campo em Bissau a maioria das *mandjuandades* utilizavam o crioulo (39%) e o português (20%) (Domingues, 2000: 311).

O português tem estatuto de língua oficial, mas o seu conhecimento é restrito a uma elite urbana escolarizada. Desde a sua introdução, ligada à administração colonial, remete para os conceitos e práticas sociais europeias e para uma organização social específica, o Estado *moderno*. Assim, parece credível que a utilização de denominações europeias seja adequada para enunciar as aspirações de mudança social das populações urbanas africanas, e para expressar o desejo de diferenciação (Banton, 1957: 181-182) e promoção social⁷. A adopção do português para nome próprio da associação testemunharia assim o processo de utilização da linguagem do *outro* para afirmar valores próprios e particulares da população urbana africana que participa do movimento associativo em Bissau. De facto expressa as pretensões de acesso a bens e serviços modernos.

O crioulo é o idioma de comunicação, falado um pouco em todo o lado, onde se junta muita gente, nos mercados, nos hospitais, nas ruas, nas administrações e serviços públicos. É a fala interétnica urbana por excelência, descomprometida com o universo familiar e relacionada com os valores, representações e práticas da sociedade moderna africana.

O crioulo permite expressar novos tipos de relações sociais urbanas e multiculturais. Enquanto idioma de comunicação reenvia para o universo dinâmico e fluído de uma identidade social em permanente reconstrução, é adequado para exprimir o novo papel dos indivíduos fora das estruturas de linhagem, e é, ainda, apropriado para exprimir a adesão às novas práticas sociais e valores urbanos.

As línguas étnicas, por seu lado, têm uma forte componente emocional e remetem para os valores ancestrais e para as relações familiares onde são obrigatórias para falar com os *omi* e *mindjer garandis*⁸, uma vez

⁶ Meillassoux classifica as associações segundo os fins a que se destinam e o critério de recrutamento que figuram no título da associação (Meillassoux, 1968: 61).

⁷ Balandier atribui às denominações em língua europeia uma conotação de poder (Balandier, 1971).

⁸ Denominações em crioulo com significado de, respectivamente: ancião, homem idoso, que goza de prestígio e poder e anciã, mulher idosa, que goza de prestígio e poder.

que é considerado *koba*⁹ dirigir-lhes a palavra, noutra que não nas respectivas línguas étnicas. É no contexto do mundo rural e familiar que estas línguas são mais utilizadas e a sua adopção, para nomear uma associação, tem conotações específicas com os valores de solidariedade tradicionais do universo familiar e do mundo rural. No entanto, as denominações em línguas autóctones não implicam necessariamente o carácter étnico das associações, que podem reunir membros de várias etnias mas, pela sua carga emotiva, são apropriadas para reproduzir o discurso tradicional da unidade e solidariedade.

A maioria das *mandjuandades* da amostra inquirida em trabalho de campo utiliza o crioulo e o português para a sua denominação. O uso do crioulo ou do português revela a função das associações como instituições de adaptação às novas e modernas condições de vida, e testemunha os objectivos, conscientes ou não, das associações em desempenharem funções no âmbito da educação informal, porquanto esta é instrumental na aprendizagem e familiarização dos associados com as práticas, as tarefas e modelos culturais subjacentes à sociedade urbana ocidentalizada.

A importância das *mandjuandades* enquanto organizações da sociedade civil remonta ao período pré-independência, e foram revigoradas após a independência. Elas costumam ser citadas como o exemplo da vitalidade das estruturas civis de socialização que permitiram servir de refúgio às expressões autónomas das populações ainda durante a época colonial. Se nos reportarmos à época pós-independência, elas poderiam ser citadas como representando não só a expressão da vitalidade das estruturas civis, mas da própria sociedade. Isso pode explicar a explosão de organizações da sociedade civil que ocorreu após a declaração oficial do fim do partido único. Ela ajudou aliás a que se chegasse a essa declaração (Teixeira, 2008: 23).

A intervenção política e cívica destas associações é patente nas festas onde se cantam canções que geralmente se referem a conteúdos sociais, políticos, culturais e económicos, constituindo formas de resistência e demonstrações de insatisfação da sociedade contra factores de exclusão, de discriminação, e mesmo de repressão política.

Teixeira afirma que “Além da sua dimensão política e cultural, as Mandjuandades também têm um viés pedagógico; é um lugar não só de entretenimento, mas de ensinamento, de troca de conhecimentos, de experiências e de solidariedade” (Teixeira, 2008: 24).

A sociedade civil foi bastante activa na maioria dos países africanos em termos das mudanças que se registaram na esfera política nos finais dos anos 80 e princípios de 90. Alguns dos grupos cívicos foram instrumentais na passagem de regimes monopartidários para regimes multipartidários. Um facto ao qual os analistas prestaram pouca atenção foi o papel que estas organizações desempenharam na constituição e/ou consolidação de um espaço público, por um lado, e na resolução do conflito, por outro.

Na Guiné-Bissau, a sociedade civil conheceu uma nova dinâmica a partir dos anos 90 e é nessa década que o activismo associativo aumentou consideravelmente (Borges, 2006: 93).

⁹ Insulto; insultar.

MANDJUANDEDES: FUNÇÕES EDUCATIVAS

As associações informais voluntárias da Guiné-Bissau conhecidas em crioulo por *mandjuandades* evidenciam uma relevância quanto ao seu papel na educação informal dos seus associados, que resulta de partilharem uma vida comum, em grupos que constituem um exercício de democracia, onde os membros deliberam, aprendem normas, realizam tarefas e desempenham funções e cargos, desenvolvendo novas competências e fomentando a autoconfiança para a mudança e aprendizagem contínua, quer na associação quer na sociedade global. Esta aprendizagem informal resulta do facto que, como afirma Grzybowski (1991: 59-60),

Enquanto espaços de socialização política os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar o aprendizado de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência dos seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

Nas *mandjuandades* os valores e as formas de relacionamento fortalecem os valores da sociedade civil, através das suas estruturas organizativas que são democráticas. Elas providenciam uma oportunidade para aprender e para se comprometer com o exercício da cidadania. Embora a educação informal seja realizada por processos não sistemáticos ou organizados e muitas vezes não intencionais, ela contribui em grande medida para as aprendizagens de um indivíduo ao longo da vida, mesmo as de pessoas com grande nível de escolaridade (Coombs e Ahmed, 1974: 8; Rogers, 2003).

A educação informal tem como capacidade ensinar e motivar a aprendizagem dos indivíduos, quer acerca deles próprios como membros (activos) de uma comunidade, de uma nacionalidade, quer acerca da sociedade através de actividades/iniciativas simultaneamente lúdicas, motivadoras e desafiantes, que permitam um maior e mais eficaz desenvolvimento pessoal e social, bem como a formação de valores.

Esta educação informal, que se realiza não-intencionalmente (ou, pelo menos, sem a intenção de educar), em decorrência de actividades ou processos desenvolvidos sem a intenção de produzir a aprendizagem de algum conteúdo considerado valioso, permite às pessoas aprender e compreender certos conteúdos valiosos, às vezes de considerável importância.

Nas associações acontece um processo educativo informal, desde logo porquanto, como afirma Barros (1997: 28), a formação do conhecimento contemporâneo dá-se para além da educação formal, numa dinâmica de múltiplas mediações sociais. No âmago dos processos aqui referidos ocorre uma aprendizagem que vai ajudando a constituir a cidadania nas suas dimensões individual (fortalecimento das liberdades e dos direitos individuais), política (maior consciência e prática de participação nos órgãos de representação locais ou nacionais) e social (conquista do acesso a benefícios relativos a melhores condições de existência).

As mulheres são as principais animadoras destas organizações sociais (Odeyé-Finzi, 1985: 82) e este activismo associativo feminino testemunha a participação e protagonismo das mulheres nos espaços extra-

-familiares e os seus desejos de aprendizagem e mudança que procuram através da participação associativa.

Uma vez que, nas *mandjuandades*, as mulheres podem adquirir títulos e ocuparem cargos dirigentes, a participação nestas instituições constitui uma oportunidade de ultrapassar as limitações hierárquicas baseadas na senioridade e género, dado que qualquer que seja o seu estatuto na sociedade global podem, no interior da associação, ocupar cargos e preencherem papéis prestigiosos e valorizados socialmente (Wipper, 1995: 185; Odeyé-Finzi, 1985: 80), que são, normalmente, reservados aos homens, no modelo de relações de poder entre os géneros, proporcionando às mulheres o acesso ao poder público, mesmo se de natureza simbólica. Deste modo o seu reconhecimento social aumenta dentro da sua comunidade. Por outro lado, ao contribuírem para que os associados se sustentem economicamente e às suas famílias assegurando o seu bem-estar, as associações do tipo das *mandjuandades* podem aumentar a sua auto-estima, autonomia pessoal, estatuto e capacidade de decisão.

A aprendizagem de tarefas, de aptidões e da autoconfiança para as desempenharem é uma função educativa crucial para as suas actividades fora da associação na vida pública, para onde trazem conhecimentos e autoconfiança para melhorar as suas condições sociais.

Entre as potencialidades educativas informais das associações está

... the great range of learning, change and satisfaction over and above those which are deliberate, inherent in the organization's objectives, and expected by their members. The one which was given priority almost universally, and reported as being of greater importance than the content objective of the organization, is quite simply growth in confidence, and its ramifications and secondary effects of self-discovery, freedom in forging relationships and undertaking tasks, belief in oneself and in one's potential as a human being and an agent, and ability to learn and change both in the context of the organization's objectives and in others (Elsdon *et al.*, 1995: 47).

212

Por outro lado o desempenho de cargos e tarefas administrativas permite o treino em tarefas organizativas e de gestão onde se aprende informalmente conteúdos similares aos transmitidos na educação formal.

Para desempenharem as suas funções as associações estão organizadas e estruturadas, existindo uma administração com cargos e tarefas previstos para o êxito dos seus objectivos. Estes cargos e tarefas exigem competências específicas que são aprendidas informalmente na praxis da vida associativa.

A estrutura da direcção das associações não é rígida, quer no que respeita aos cargos existentes como às funções a eles atribuídas, variando de associação para associação, mas obedece ao mesmo modelo que prevê cargos específicos para as competências de representação e coordenação, gerência financeira, controlo social e poder judicial. Os cargos mais importantes são os de *rainha*, *rei*, *meirinha*, *financeiro* ou *tesoureiro*.

Compete à rainha manter a harmonia entre as mulheres e decidir da mobilização geral para realizar eventos específicos, apresentar as propostas

de admissão de novos associados, fiscalizar as despesas e rendimentos, e autorizar ou não, casuística e arbitrariamente, os pedidos de empréstimos, o que lhe confere um importante poder político. No entanto, testemunhando as relações igualitárias, os membros, elegendo uma rainha de quem se espera discrição, diligência, honestidade e disponibilidade, esperam que esta exerça o seu papel, sem portanto limitar o das outras aderentes, de quem é, antes de mais, a porta-voz e coordenadora.

As *mandjuandades* são associações voluntárias e informais, instaurando relações igualitárias entre os membros, que se reúnem em assembleia geral que nomeia os titulares para os cargos dirigentes legitimando o seu poder, onde o direito de palavra é igual para todos os membros, e as resoluções são tomadas por consenso, numa praxis que constitui uma aprendizagem informal das práticas e valores cívicos e democráticos.

As incumbências inerentes ao cargo de financeiro ou tesoureiro relacionam-se com as finanças da associação, desde a realização de compras, à cobrança de quotas junto dos membros, até à fiscalização das contas, produção de relatórios, propostas de sanções aos membros com quotas em atraso, e à instrução de processos individuais e o seu arquivamento.

Ao cargo de meirinha¹⁰ compete substituir a rainha e controlar a área financeira, supervisionando o financeiro ou tesoureiro. Existem ainda os cargos de polícias com responsabilidades na manutenção da disciplina e no controlo do comportamento dos associados, quando reunidos. Todos os outros associados são chamados *soldados* e podem, a pedido, desempenhar funções delegadas pelos dirigentes.

O exercício dos cargos e outras tarefas é um exercício educativo significativo e cria nos envolvidos aptidões para a aprendizagem e mudança, e autoconfiança para o fazer, dentro e fora da associação, constituindo uma relevante aprendizagem informal adquirida nas associações.

213

CONCLUSÃO

A participação numa associação, tendo em consideração as tarefas e actividades que aí se desempenham, é ela própria um processo de aquisição de conhecimentos, de aquisição de aptidões e capacidades, de valores e disposições e, portanto, constitui uma forma de educação informal significativa.

A participação nas actividades das *mandjuandades* e o desempenho dos cargos associativos contribui para o treino de competências organizativas e burocráticas *modernas*, assim como de valores mais abstractos que as informam e, deste modo, estas instituições desempenham importantes funções de socialização e educação, que complementam funções similares da família e da escola (Ulrich, 1992: 12). As *mandjuandades* desempenham assim uma importante função educativa, ao familiarizar os membros com as práticas, as tarefas e os valores subjacentes da sociedade urbana moderna.

É de sublinhar que as práticas associativas se constituem como práti-

¹⁰ Meirinho é “o maior magistrado das comarcas antigamente”, segundo o Dicionário Universal da Língua Portuguesa (1995: 959); ou o “magistrado que governava uma comarca ou território” segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (1989: 1083).

cas educativas, num dinâmico exercício da *praxis pedagógica*¹¹, vivenciada nas formalidades e informalidades do quotidiano. Estas práticas expressam a diversificada maneira de ensinar as regras de convivência social no sistema político democrático, e ainda as suas diversas acções de administração, tarefas económicas e financeiras das instituições, na incorporação das hierarquias e *habitus* das sociedades urbanas modernas, entre outras importantes acções educacionais.

Por outro lado, uma vez que nas *mandjuandades* os indivíduos podem adquirir títulos e ocuparem cargos dirigentes, proporcionando o acesso ao poder, mesmo se de natureza simbólica, contribuem para a aumento da auto-estima e estatuto social, e consequentemente das capacidades e disposições para a participação cívica na sociedade global.

Para além disso, nas *mandjuandades* os valores e as formas de relacionamento fortalecem os valores democráticos, as suas estruturas organizativas são democráticas, e providenciam uma oportunidade para aprender e para se comprometer com a política e a vida cívica.

Conclui-se que as *mandjuandades* realizam importantes práticas educacionais na medida em que informalmente contribuem para a aprendizagem de novas aptidões, competências, atitudes e conhecimentos, capacitando os indivíduos para assumirem um papel activo no desenvolvimento das suas sociedades.

Deste modo, as características e funções destas associações, enquanto espaços de educação informal, permitem afirmar que potencialmente estas organizações são espaços privilegiados para a intervenção de projectos de criação de aptidões através do ensino e educação, nomeadamente de competências de liderança e gestão financeira. Nesta visão está embutida uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (Gohn, 2001: 16-17), e onde as associações podem ser um espaço privilegiado de experimentação, criação e recriação das concepções e práticas pedagógicas, valorizando a educação informal de adultos, tendo em atenção as aprendizagens informais e o reforço da alfabetização e educação de base em África.

Por tudo isso, parece ser de sublinhar a importância de uma melhor articulação entre a educação, paz e cidadania, melhoria de condições e qualidade da educação, priorizando o diálogo entre os processos educativos e as instituições da sociedade civil envolvidas em práticas de aprendizagem informal.

REFERÊNCIAS

- Balandier, George (1971). *Sens et puissance. Les dynamiques sociales*. Paris, PUF.
- Banton, M. (1957). *West African City: A study of tribal life in Freetown*. Londres, Oxford University Press.
- Barros, Laan Mendes de (1997). "Comunicação e educação numa perspectiva plural e dialética", *Nexos*, 2, 19-38.
- Borges, Manuela *et al.* (2006). "Relações de alteridades e identidades:

¹¹ O sentido da *praxis pedagógica* ultrapassa o da prática. Para que uma prática se configure em *praxis* faz-se necessário uma reflexão crítica sobre ela (Freire, 2003).

Mandjuandades na Guiné-Bissau e a Irmandade da Boa Morte na Bahia”, *Impulso*, 1 (43), 91-103 (<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp43art06.pdf>).

Bourdieu, Pierre (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genebra, Lib Droz.

Brew, Josephine Macalister (1943). *In the service of youth*. Londres, Faber and Faber.

Cardoso, Carlos (2008). *Sociedade civil, espaço público e gestão de conflitos: O caso da Guiné-Bissau* (http://www.codesria.org/Links/conferencias/general_assembly12/papers/carlos_cardoso.pdf [1-2-2010]).

Coombs, Philip H. e Manzoor Ahmed, M.(1974). *Attacking rural poverty: How non-formal education can help*. Baltimore, John Hopkins University Press.

Dicionário da Língua Portuguesa (1989). Porto, Porto Editora.

Dicionário Universal da Língua Portuguesa (1995). Lisboa, Texto Editora.

Domingues, Maria Manuela Abreu Borges (2000). *Estratégias femininas entre as bideiras de Bissau*. Dissertação de doutoramento em Antropologia Cultural e Social pela Universidade Nova de Lisboa. (<http://purl.pt/5467>; <http://www.iict.pt/tdd/btdtdol/TDD0100111.pdf>).

Elsdon, Konrad T. et al. (1995). *Voluntary organizations. Citizenship, learning and change*. Leicester, NIACE.

Freire, Paulo (2003). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo, Paz e Terra.

Gohn, Maria da Glória (2001). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo, Cortez.

Grzybowski, Cândido (1991). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes.

Meillassoux, Claude (1968). *Urbanization of an African community. Voluntary associations in Bamako*. Seattle & Londres, University of Washington Press.

Nyerere, Julius (1978). “«Development is for Man, by Man, and of Man»: The Declaration of Dar es Salaam”, in Hall, Budd L. e J. Roby Kidd (eds.), *Adult learning: A design for action*. Oxford, Pergamon Press.

Odeyé-Finzi, Michèle (1985). *Les associations en villes africaines. Dakar, Brazzaville*. Paris, L'Harmattan.

Rogers, Alan (2003). *What is the difference? A new critique of adult learning and teaching*. Leicester, NIACE.

Smith, Mark K. (2008). “Association, la vie associative and lifelong learning”, in *The Encyclopedia of Informal Education* (<http://www.infed.org/association/b-assoc.htm>).

Teixeira, Ricardo (2008). “A construção democrática na Guiné-Bissau: Limites e possibilidades”. Comunicação submetida ao Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - CODESRIA. *Pluralismo político e democracia eleitoral na Guiné-Bissau* (<http://www.didinho.org/OCRATICANAGUINEBISSAULIMITESEPOSSIBILIDADES.pdf>).

Ulrich, Mai (1992). “Credit, consensus, and power. The local association as a modern institution of socialization”. *Working Paper*, 167. Bielefeld, University of Bielefeld, Faculty of Sociology.

Wipper, Audrey (1995 [1984]). “Women’s voluntary associations”, in Hay, Margaret Jean e Sharon Sticher (eds.), *African women South of the Sahara*. Londres, Longman, 164-186.